

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 17/04/2015

- [Banco Mundial cria fundo para combater subnutrição infantil](#)
- [Estão abertas as inscrições para o Prêmio Itaú-Unicef 2015](#)
- [Cenário sócio-cultural pode influenciar gravidez na adolescência, avalia médica](#)
- [Câmara aprova verba do Funpen para creche e berçário em presídios](#)
- [Câmara aprova infiltração de policial na internet para investigar pedofilia](#)
- [Direitos Humanos vai a Cavalcante-GO apurar casos de pedofilia](#)
- [Menino Ryan recebe alta e vai para casa pela primeira vez, aos três anos](#)
- [Caminhos do incesto: quando o carinho se torna abuso](#)

Assunto: Banco Mundial cria fundo para combater subnutrição infantil

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 17/04/2015



O Banco Mundial (Bird) anunciou hoje (16) a criação de um fundo para combater a subnutrição infantil, em parceria com organizações filantrópicas privadas internacionais. O fundo vai disponibilizar 931,7 milhões de euros (em torno de R\$ 3,1 bilhões, a preços de hoje) para combater a subnutrição na infância, prioritariamente em países subdesenvolvidos.

A primeira etapa do fundo pretende liberar 1,9 milhão de euros para a organização The Power of Nutrition (o poder da nutrição, que ajuda a alimentar milhões de crianças desnutridas de países pobres. O comunicado divulgado pelo banco informa que atualmente 3 milhões de crianças morrem por ano no mundo, vítimas de desnutrição.

De acordo com a nota do Banco Mundial, a iniciativa congrega recursos da instituição, do Fundo de Investimento para Crianças, da Fundação UBS Optimus, do Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mas o fundo é aberto para novos investidores ou patrocinadores.

O Power of Nutrition é uma instituição filantrópica independente, criada no Reino Unido, que aceita fundos provenientes de investidores privados e públicos, e trabalha em parceria com o Banco Mundial e o Unicef para apoiar países com problemas de nutrição.

O Banco Mundial ressalta no comunicado que, “sem os nutrientes certos, serviços de saúde e cuidados nos primeiros três anos de vida, o cérebro e o corpo de uma criança não se

desenvolvem adequadamente”. Por isso, o novo fundo pretende “ajudar milhões de crianças a atingir o pleno potencial, garantindo que recebam os nutrientes certos no início da vida”.

O banco detalhou que as contribuições, até o momento, somam 51 milhões de euros da Fundação do Fundo de Investimento para Crianças, 44 milhões de euros do Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional, e 24 milhões de euros da Fundação UBS Optimus.

Assunto: Estão abertas as inscrições para o Prêmio Itaú-Unicef 2015
Fonte: Portal Andi
Data: 17/04/2015



A 11ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, com o tema **Educação Integral: aprendizagem que transforma**, valida e reforça que a parceria entre ONG e escola pública é um caminho para a transformação e para a garantia de direitos e para o enfrentamento das desigualdades. O Prêmio Itaú-Unicef é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

O Prêmio Itaú-Unicef 2015 reconhecerá as mais significativas parcerias entre escolas públicas e ONGs em prol da Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. A grande novidade deste ano é que, pela primeira vez, as escolas parceiras das ONGs serão premiadas juntamente com a organização. O lançamento, realizado em 12 de março, no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), contou com a presença de Antonio Jacinto Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social; Gary Stahl, representante do UNICEF no Brasil, e Anna Helena Altenfelder, superintendente do Cenpec.

As inscrições poderão ser realizadas entre **12 de março e 4 de maio de 2015** por meio do site www.premioitaunicef.org.br, no qual podem ser consultados, também, o regulamento, o cronograma desta edição do prêmio e demais informações sobre o programa.

Como funciona a premiação

Premiações Regionais – outubro/2015

Cada uma das até 32 ONGs e escolas responsáveis pelos projetos vencedores regionais receberá o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) como prêmio.

Premiação Nacional – novembro/2015

Cada uma das ONGs e escolas responsáveis pelos até quatro projetos vencedores nacionais receberá, além do prêmio regional de R\$ 25.000,00, um prêmio no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A ONG e a escola responsáveis pelo projeto grande vencedor receberão, além do prêmio regional de R\$25.000,00, um prêmio no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

Os prêmios em dinheiro serão usados exclusivamente para a execução dos projetos vencedores e, no caso das escolas, para investimentos na unidade escolar que contribuam para a educação integral dos alunos.

Prêmio Itaú-Unicef – 20 anos

Criado em 1995 em um contexto de mudanças sociais na perspectiva da garantia de direitos, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Prêmio Itaú-Unicef busca identificar, reconhecer e estimular parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e escolas públicas, no desenvolvimento de projetos socioeducativos que contribuam com as políticas públicas de educação integral para crianças, adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Cada edição do Programa compõe-se de dois anos, sendo o primeiro ano de premiação e o segundo, de formação. O objetivo é reconhecer, estimular e dar visibilidade ao trabalho em parceria de organizações da sociedade civil e escolas públicas, para a educação integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros e oferecer processos de formação para agentes públicos com vistas à apropriação de metodologias de avaliação.

Além disso, o Prêmio busca mobilizar a sociedade civil para a importância de sua participação no desenvolvimento de ações que promovam a educação integral.

Em 2015, o Prêmio Itaú-Unicef realiza sua 11ª edição. Com o tema **Educação Integral: Aprendizagem que transforma**, serão premiadas as Organizações da Sociedade Civil e as Escolas públicas parceiras responsáveis por boas práticas de educação integral.

Sobre a Fundação Itaú Social

A Fundação Itaú Social tem como objetivo central formular, implantar e disseminar metodologias voltadas para a melhoria de políticas públicas na área educacional e para a avaliação de projetos sociais, em todo o território nacional. Atua em parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e com organizações da sociedade civil, apoiando e desenvolvendo iniciativas com foco na educação integral, na gestão educacional, na avaliação de projetos sociais e na mobilização social.

Sobre o UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promove os direitos e o bem-estar de cada criança em tudo o que faz. Juntamente com os nossos parceiros, trabalhamos em 190 países e territórios para transformar esse nosso compromisso em ações concretas que beneficiem todas as crianças, em qualquer parte do mundo, concentrando especialmente os nossos esforços para chegar às crianças mais vulneráveis e excluídas. O UNICEF está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País. O trabalho das equipes do UNICEF impacta diretamente e para melhor a vida das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, em praticamente todo o território nacional.

Sobre o Cenpec

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social. As ações do Cenpec têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades.

Assunto: Cenário sócio-cultural pode influenciar gravidez na adolescência, avalia médica

Fonte: Portal Andi

Data: 17/04/2015



A sexualidade ainda é um tabu nas conversas entre pais e filhos. Por consequência, a gravidez na adolescência continua sendo tema de debates e divide opiniões. Enquanto muitos culpam e responsabilizam somente os adolescentes pelo fato de terem gerado uma criança, especialistas afirmam que as condições sociais e culturais de jovens envolvidos podem atuar diretamente na possibilidade de uma gravidez antes do período adulto. "Como um todo, a porcentagem de gestantes adolescentes no Rio de Janeiro vem diminuindo gradativamente. Era de 19% a 20% a taxa de gestantes adolescentes nos anos 2000 e hoje em dia está em 16%, mas quando você vai para comunidades populares ou com altos índices de violência ou, por exemplo, em Santa Cruz, que às vezes sequer tem áreas violentas, mas onde as possibilidades de desenvolvimento pessoal, de acesso a uma escola de segunda grau, de acesso a escola profissionalizante, são difíceis, então a gravidez é parte do projeto de vida. Às vezes não é um susto, é uma gravidez desejada e planejada", ressaltou Viviane Castelo Branco, pediatra e membro do comitê de adolescência da Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro.

Assunto: Câmara aprova verba do Funpen para creche e berçário em presídios

Fonte: Agência Câmara

Data: 17/04/2015



O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (16) o Projeto de Lei Complementar 13/15, da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que permite o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos presídios. A matéria será enviada ao Senado.

Aprovado por 377 votos a 10, o projeto procura dar eficácia a mandamento da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) que determina a instalação de berçário ou seção destinada à gestante e à parturiente, bem como creche para abrigar as crianças maiores de seis meses e menores de sete anos de idade.

A autora lembra que muitos estabelecimentos penais não contam com esse espaço adequado para abrigar as gestantes, mães e crianças pequenas. “Para resolver o problema, é de crucial importância o uso dos recursos do Funpen para as mulheres que sofrem a dor de dar a luz a um filho em uma penitenciária”, afirmou a deputada.

Hoje, os recursos do Funpen são aplicados, entre outras destinações, na construção e reforma de presídios; na manutenção dos serviços penitenciários; na implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso; na formação educacional e cultural do preso; na elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos; e em programas de assistência às vítimas de crime.

Divergências

Parlamentares manifestaram opiniões favoráveis e contrárias ao projeto. O deputado Edmilson Rodrigues (PsoL-PA) ressaltou que a proposta contribui para a humanização do sistema carcerário.

Já o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse que a proposta é “desnecessária”. “Não há proibição na lei. O que não se pode é estabelecer tratamento privilegiado para o preso em relação à família que está solta”, opinou.

O deputado Major Olimpio (PDT-SP) também criticou o projeto. “Temos de garantir dinheiro para garantir creche para filho do trabalhador”, disse.

O deputado Moroni Torgan (DEM-CE), no entanto, lembrou que a pena deve ser individualizada e que as crianças não podem ser punidas. “Não podemos culpar as crianças pelos delitos que a mãe cometeu, elas só têm a opção de viver ali [na penitenciária]”, disse.

Para o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), a construção de berçários nas penitenciárias é “mais do que uma necessidade”. “Elas precisam ter acesso a esse tipo de recurso”, argumentou.

O líder do PRB, deputado Celso Russomanno (SP), ressaltou que a Lei de Execução Penal já exige berçários e creches para que as detentas possam amamentar as crianças até os seis meses de idade e que o projeto permite uma fonte de financiamento. “Agora teremos condição de fazer valer o que a lei já determinava”, disse Russomanno.

Assunto: Câmara aprova infiltração de policial na internet para investigar pedofilia

Fonte: Agência Câmara

Data: 17/04/2015



A infiltração terá prazo máximo de 720 dias e seguirá regras para coibir a invasão à privacidade

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (16) o Projeto Lei 1404/11, do Senado, que disciplina a infiltração de agentes policiais na internet nas investigações sobre diversos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Devido às mudanças ocorridas com a aprovação de emendas, a matéria retorna ao Senado.

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Pedofilia, que atuou no Senado até 2008, o projeto determina que a infiltração do agente dependerá de autorização judicial fundamentada estabelecendo os limites desse meio de obtenção de prova. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Segundo o projeto, a infiltração será a pedido do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia e não poderá passar de 90 dias, prorrogáveis por até 720 dias. A infiltração somente poderá ocorrer se a prova não puder ser obtida por outros meios legais.

Crimes

Entre os crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente que poderão ser investigados estão os de produzir cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; exibir, oferecer, vender ou comprar essas cenas; simular a participação de crianças nesses tipos de cenas por meio de adulteração ou montagem; ou assediar criança com o fim de praticar ato libidinoso com ela.

O requerimento do Ministério Público deverá demonstrar sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais e os nomes ou apelidos das pessoas investigadas.

Se possível, também deverá informar os registros de conexão (hora, data, início e término da conexão, duração, endereço do protocolo de internet).

Sigilo e relatórios

Segundo o projeto, a autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes de sua conclusão, que serão encaminhados diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, ao qual caberá zelar pelo seu sigilo.

Esse sigilo envolve a restrição aos autos apenas ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação.

Em qualquer investigação, as informações coletadas somente poderão ser utilizadas como prova dos crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente.

Excessos e exceção

Se o agente policial infiltrado não observar a estrita finalidade da investigação, ele responderá pelos excessos praticados. Entretanto, o agente será isento de enquadramento criminal por ocultar a sua identidade para colher indícios de autoria e materialidade dos crimes sexuais investigados por meio da internet.

Para facilitar a simulação de personagem do agente infiltrado, o projeto permite a inclusão de dados nos órgãos de registro e cadastro público para efetivar a identidade fictícia criada. Esse procedimento será sigiloso e a requerimento da autoridade judicial.

Preservação da identidade

Ao fim da investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com um relatório.

Para preservar a identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e adolescentes envolvidos, esses registros serão reunidos em autos separados do principal.

Os relatores do projeto foram os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pelas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e João Campos (PSDB-GO), pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Assunto: Direitos Humanos vai a Cavalcante-GO apurar casos de pedofilia

Fonte: Agência Câmara

Data: 17/04/2015



Integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, inclusive seu presidente, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), estarão na próxima segunda-feira (20) em Cavalcante (GO), fazendo diligências para ouvir autoridades locais e familiares de crianças e adolescentes da comunidade quilombola Kalunga vítimas de exploração sexual. Também vão participar da visita autoridades federais do Poder Executivo e do Ministério Público Federal.

Além de visitas individuais a famílias de vítimas, no mesmo dia a comissão vai realizar audiência pública na sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), às 14 horas, para ouvir cidadãos e autoridades que quiserem se manifestar sobre as denúncias.

Após as diligências, a comissão poderá requerer a participação de outros órgãos federais e estaduais para agir na garantia dos direitos humanos das vítimas, além da abertura de inquéritos para apurar responsabilidades pelas gravíssimas violações, caso sejam comprovadas.

Entenda o caso

A Polícia Civil de Goiás concluiu pelo menos oito inquéritos, só em 2015, com denúncias sobre o uso de meninas como escravas sexuais. As vítimas, entre 10 e 14 anos, são descendentes de escravos nascidas em comunidades quilombolas kalungas da Chapada dos Veadeiros. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores de Cavalcante.

Na cidade de 10 mil habitantes, no nordeste de Goiás, a 310km de Brasília, a maioria trabalha como empregada doméstica em casa de família de classe média. Em troca, ganha apenas comida, um lugar para dormir e horário livre para frequentar as aulas na rede pública. Elas ficam expostas a todo tipo de violência. A mais grave, o estupro, geralmente cometido pelos patrões.

Entre os autores investigados estão profissionais liberais e políticos, de 20 a 70. Os inquéritos estavam engavetados. O mais recente tem como indiciado o vice-presidente da Câmara Municipal, Jorge Cheim (PSD), 62 anos. Há duas semanas, um laudo comprovou o estupro da menina kalunga de 12 anos que morava na casa dele.

Assunto: Menino Ryan recebe alta e vai para casa pela primeira vez, aos três anos

Fonte: Portal G1 PE

Data: 17/04/2015



Ryan é portador de síndrome que o faz parar de respirar quando dorme. Após uma batalha judicial, governo pagou instalação de marcapasso.



Menino Ryan recebe alta e vai para casa pela primeira vez na vida, aos 3 anos.

Foram três anos e três meses vivendo em quatro hospitais diferentes. Tempo de angústia, sofrimento e, apesar de tudo, esperança. No final da tarde da última quinta-feira (16), porém, a agonia acabou. O menino Ryan Tenório de Brito finalmente teve alta médica e deixou o Hospital Otávio de Freitas, em Tejipió, Zona Oeste do Recife. A vida de enfermaria, corredores e macas, agora, é passado. Ryan foi pela primeira vez para casa acompanhado da mãe, Carolayne Brito, 19. A família, que é do município de Arcoverde, no Sertão, comprou uma residência

no Grande Recife com o dinheiro de doações.

Ryan é portador da Síndrome de Ondine, uma doença rara que afeta uma em cada 200 mil crianças. Quando dorme, ele para de respirar. O garoto nasceu num hospital de Custódia, seguiu para Caruaru e, com menos de um mês de vida, foi transferido para o Hospital Barão de Lucena, no Recife, onde morou por quase três anos. Para ser livre, Ryan precisava de um marcapasso diafragmático, que custava quase R\$ 500 mil e a família do menino conseguiu após meses de batalha judicial com o governo do Estado. A cirurgia ocorreu no Hospital Otávio de Freitas em 5 de dezembro do ano passado e foi realizada pelo cirurgião torácico paulista Rodrigo Sardenberg, pioneiro no Brasil neste tipo de procedimento. Depois, começou a fase de testes do equipamento e só agora, após se curar de mais uma infecção, o paciente pôde ir para casa.

Os últimos momentos no hospital foram de ansiedade para Carol, que vivia com o filho na enfermaria. “É muita felicidade. Esse foi o momento que eu esperei esse tempo todo. Não vejo a hora de chegar em casa com meu filho”, disse a jovem, enquanto arrumava as malas e aprontava o filho. Quando a ambulância chegou para levar mãe e filho, a emoção tomou conta

de todos. O corredor ficou cheio de funcionários, pacientes e familiares, todos ali para se despedir da criança que era o xodó da unidade de saúde.

Devido à última infecção que Ryan teve, o uso do marcapasso diafragmático foi interrompido e será retomado na semana que vem, quando sai o resultado de um exame. Nesse intervalo, ele vai dormir ligado a um respirador. A traqueostomia também será removida, mas ainda sem prazo definido. Enquanto ele estiver com o tubo, terá a presença em casa de uma técnica de enfermagem para auxiliar a mãe. “É uma fase de adaptação. O mais importante é estar em casa e daqui a pouco Ryan vai estar só com o marcapasso”, comemora Carol. Ryan terá acompanhamento médico e fonoaudiológico, além de sessões na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

Assunto: Caminhos do incesto: quando o carinho se torna abuso

Fonte: Childhood

Data: 17/04/2015



A sociedade, durante muito tempo, negou a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, considerando-o um fenômeno raro e pontual. Vigorava o segredo, e pouquíssimos casos chegavam a público.



Casinha utilizada nas sessões de terapia familiar realizadas pelo Cearas-USP

Atualmente, há uma abertura maior para as denúncias e para um gradual enfrentamento da questão: o abuso incestuoso é mais comum do que se imagina. E os abusadores são pais, mães, padrastos, madrastas, tios, tias, irmãos, irmãs – e outras pessoas que têm a confiança da criança por ocupar alguma função parental, mesmo sem consanguinidade, como um padrinho ou uma madrinha.

Na opinião do psiquiatra Cláudio Cohen e do psicólogo Tadeu Roberto de Abreu, ambos profissionais do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (Cearas), da Faculdade de Medicina da USP, para compreender o abuso incestuoso, suas implicações e formas de prevenção, é preciso olhar para a família.

Afinal, dizem eles, não se trata de um fenômeno que envolva apenas duas pessoas, o agressor e sua vítima. “O abuso é sintoma de uma família disfuncional”, afirma Tadeu. “Nunca é algo casual. Outros eventos provavelmente já vinham acontecendo e não foram tidos como graves.” Um exemplo é a falta de limites evidentes para as manifestações físicas ou afetivas entre os membros da família, como toques e carinhos excessivos ou inadequados.

“O contato é fundamental para a transmissão de afeto durante o desenvolvimento da criança. Mas em que momento essa proximidade física se torna erotizada e incestuosa? Quando não se estabelecem limites nessa relação”, afirma Cláudio Cohen. E esses limites devem partir daqueles que exercem o papel de cuidadores no ambiente familiar, como o pai e/ou a mãe. A confusão nos papéis desempenhados, que desemboca em funções parentais desajustadas e na

indefinição dos vínculos entre os membros da família, aumenta a vulnerabilidade de crianças e adolescentes dentro de casa. Ao contrário do que seria saudável, a libido não é vivida fora das fronteiras familiares.

“Não nascemos éticos nem sabendo o que é moral ou imoral, certo ou errado”, afirma Tadeu. “Na família vamos desenvolver tais conceitos, ter as primeiras noções de relacionamento com o outro – como a de assimetria, entre pais e filhos, que depois servirá de base para as relações de professor-aluno, chefe-empregado...” Segundo Tadeu, se essa assimetria não existe e os próprios pais não têm tais limites internalizados, a família se encontra em uma situação de risco, favorável a atos abusivos. “Por exemplo: não há espaços diferenciados na casa que permitam o desenvolvimento da individualidade, da privacidade, mas não por falta de condições econômicas. Dormem todos na mesma cama ou podem entrar nos ambientes domésticos – como o banheiro – a qualquer momento, sem bater”, diz. “Há pais que beijam os filhos, de qualquer idade, na boca. Isso é péssimo: essa ternura excessiva não vai ajudar aquele ser humano a se desenvolver afetivamente.”

Quando um caso de abuso incestuoso vem à tona, não só a vítima é afetada: todos os demais familiares também. “O abuso não passa somente pela genitalidade, pelo ato sexual”, ressalta o psiquiatra Cláudio. “Se um irmão vê a irmã sendo abusada pelo pai, ele também está – de certo modo – sendo abusado.” Por isso, é preciso ter em mente que a prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes começa, antes de tudo, com o respeito a seus direitos e à sua individualidade dentro de casa.